



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



A UFES E A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AUTORITÁRIA DA DITADURA MILITAR

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine¹

Resumo: No período da presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o paradoxo entre as forças modernizantes e repressivas da política adotada pela ditadura militar ficou ainda mais evidente. Na esteira do projeto de desenvolvimento nacional “rápido e seguro”, o governo de Médici materializou a Reforma Universitária, cumprindo o objetivo de sintonizar as universidades com as demandas do almejado “milagre” brasileiro. Ao mesmo tempo, ancorada em elementos da cultura política do regime, como o autoritarismo e o anticomunismo, sua gestão reforçou a repressão política como forma de viabilizar a modernização, expandindo o alcance da comunidade de segurança e informações para o interior das universidades. Posto isso, a partir das noções de adesão, acomodação e

¹ Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, onde desenvolve pesquisa com tema “Repressão no campus: os impactos da AESI na UFES (1969-1974)” com financiamento da CAPES. E-mail: lalapegrine@gmail.com

resistência, objetiva-se discutir como modernização e repressão se desdobraram na Universidade Federal do Espírito Santo.

Palavras-chave: Ditadura militar; Modernização conservadora e autoritária; Universidade Pública.

Abstract: During the presidency of Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), the paradox between the modernizing and repressive forces of the policy adopted by the military dictatorship became even more evident. In the wake of the "rapid and safe" national development project, the Medici government materialized the University Reform, fulfilling the objective of attuning universities to the demands of the desired Brazilian "miracle". At the same time, anchored in elements of the regime's political culture, such as authoritarianism and anti-communism, its management reinforced political repression as a way of making modernization possible by expanding the reach of the security and information community to universities. Given this, from the notions of adhesion, accommodation and resistance, it aims to discuss how modernization and repression unfolded at the Federal University of Espírito Santo.

Keywords: Military dictatorship; Conservative and authoritarian modernization; Public university.

Durante os vinte anos em que vigoraram no Brasil, os governos militares empenharam-se em implantar uma política de modernização conservadora e autoritária. Tal política consistiu em um grande esforço para viabilizar o desenvolvimento econômico do país, segundo os padrões capitalistas de produção/consumo e de forma "segura". A "segurança" do processo foi garantida

por meio do controle centralizado e despótico do Estado, que assumiu a violência política como recurso e a justificou em função dos objetivos oficiais da nação. O propósito modernizador da política concentrou-se na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento industrial e ao avanço da máquina estatal. Já o propósito autoritário-conservador revelou-se de duas maneiras: no caráter excludente assumido pela onda modernizante, que manteve segmentos sociais subalternos alheios à esfera das decisões políticas e às benesses econômicas, e nos atos despóticos, justificados enquanto necessários no combate ao comunismo e à ameaça aos valores tradicionais, como “pátria”, “família” e “religião” (MOTTA, 2014, p. 15).

Numa relação umbilical, o impulso autoritário, calcado no anticomunismo, viabilizou a política da modernização. Conforme Domingues (2002, p. 461), através do autoritarismo abria-se espaço para a industrialização pelo controle político que se exercia sobre a classe trabalhadora, uma vez que era fundamental minimizar os processos de “desencaixe” nos planos individual e coletivo para liberar a força de trabalho e reconfigurar o espaço-tempo social, que se tornava mais amplo, nacional, orientado para o futuro. As representações anticomunistas dos militares também espelharam a tradição política brasileira, projetando e disseminando na sociedade uma imagem maniqueísta e desfigurada dos comunistas a fim de instigar a indignação popular: ateus, desordeiros, imorais, traidores, tiranos, oportunistas (MOTTA, 2000, p. 343-345). O autoritarismo e o anticomunismo constituíram as bases de sustentação do regime desde as ações iniciais dos militares, refletindo nos dispositivos jurídico-institucionais criados por eles, bem como nos crimes contra os direitos humanos cometidos contra os “inimigos políticos”.

Durante a gestão de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), com a retomada do nacional-estatismo, essa política foi materializada, brindando o Brasil com uma experiência paradoxal – aparentemente contraditória – expressa no binômio “anos de ouro” e “anos de chumbo”. Os “anos de ouro”, inaugurados pelo “milagre” econômico do período, refletiram a matriz modernizante-conservadora da política de desenvolvimento.

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) [...]. Não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do “milagre”. [...] Importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetárias e creditícias expansionistas e os incentivos às exportações. [...] Ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. [...] Reformas institucionais [...] em particular às reformas fiscais e tributárias, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO; VILLELA; GIAMBAGI, 2008, p. 222).

No curto e médio prazo, o “milagre” beneficiou as camadas altas e médias da população brasileiras. No longo prazo, o “milagre” não deu conta dos problemas que ocasionou: o descontrole inflacionário, que persistiu durante muitos governos democráticos que vieram em seguida; o inchaço das cidades, causado pela migração dos indivíduos atraídos pela prosperidade das indústrias e das regiões urbanas; a deterioração do sistema público de saúde e educação, em função dos poucos recursos destinados; a exclusão de uma massa de cidadãos, habitantes das áreas apartadas do “desenvolvimento”, no acesso aos direitos humanos básicos. A tradicional falta de equidade na distribuição da renda, concentrada nas mãos de

uma pequena parcela da população, foi mantida. Logo, a modernização conservadora dos militares reforçou a típica organização social do país, mantendo a prevalência dos interesses estabelecidos em detrimento das demandas de uma maioria economicamente desfavorecida, politicamente desarticulada e socialmente marginalizada. Os resultados dessa política se imprimiram na dependência econômica externa e na manutenção da desigualdade social do país.

Os “anos de chumbo” refletiram o fortalecimento do elemento autoritário no seio do comando da ditadura. A escalada repressiva foi justificada enquanto arma necessária para a salvaguarda da “democracia”, da “liberdade” e do desenvolvimento econômico-institucional do país, contra os ameaçadores “inimigos políticos”. Mesmo depois da decretação do AI5 – que já havia concedido poderes plenos ao Executivo e suspenso direitos constitucionais dos cidadãos – a administração de Médici optou por militarizar ainda mais o Estado e a sociedade, robustecendo a repressão e naturalizando a violência política em nome de uma “limpeza ideológica” definitiva. O aperfeiçoamento dos sistemas de segurança e a origem da “comunidade de segurança e informação” tornaram as atividades repressivas mais “eficientes”, comandadas diretamente pelas Forças Armadas (JOFFILY, 2012, p. 27).

Dessa maneira, apesar de apregoarem uma aparente contradição, “anos de ouro” e “anos de chumbo” coexistiram, se alavancando mutuamente. O desenvolvimentismo autoritário adotado pelos tecnocratas de Médici refletiu nas inúmeras dimensões da coletividade brasileira. Entre as instituições públicas e civis, as universidades foram um das que experimentaram plenamente os efeitos dos impulsos modernizantes e autoritário-conservadores da política do governo. Modernização e repressão caminharam juntas: o processo tardio de formação das academias recebeu seu maior impulso, mas ele foi viabilizado pela violência política.

A materialização da Reforma Universitária representou o que se pode chamar de “anos de ouro” nas universidades. Ela se desenrolou segundo as representações conservadoras, elitistas e sectárias de seus principais atores políticos, nacionais e norte-americanos, que concordavam sobre a urgência em tornar as instituições mais “eficientes” e “produtivas”, não necessariamente mais democráticas. A Reforma trouxe em seu bojo o discurso hegemônico da “universidade para a modernização”, ou seja, ela espelhou o desejo de sincronizar a educação superior com as demandas do desenvolvimento econômico (MOTTA, 2014, p. 09). Embora tenha se apropriado de algumas propostas originárias dos “inimigos políticos” – como a ideia da extinção da cátedra, defendida pelo ME ainda antes do golpe de 1964 –, a Reforma dos militares as reformulou conforme suas intenções e as aplicou de forma autoritária, sem diálogo com os interessados ou envolvidos na reformulação do ensino superior.

Sob as rédeas de Jarbas Passarinho, o MEC priorizou seus gastos com o ensino superior para financiar a reestruturação física, administrativa e acadêmica dos campi. A maioria dos valores repassados pelo Ministério provinha de parcerias com agências estrangeiras, especialmente a USAID. A Reforma mudou o perfil acadêmico brasileiro, transformando as universidades em espaços de produção científica e tecnológica, com a pesquisa e a pós-graduação, implantando a carreira docente e o regime de tempo integral, criando o vestibular, alterando a estrutura físico-acadêmico-administrativa. Contudo, ela ignorou as reivindicações de movimentos reformistas que já debatiam o problema universitário no país há décadas e que clamavam por uma universidade mais crítica, humanista e democrática.

Na visão dos produtores da Reforma, a academia “ideal” correspondia ao modelo norte-americano, mais empresarial e orientado segundo a lógica da

“eficiência”, da “produtividade” e da “integração” – na forma de organização e na relação com o desenvolvimento econômico nacional (DE PAULA, 2009, p. 77). Desse modo, os anseios por uma universidade voltada para as questões sociais do país foram sufocados. Sem dúvida, a Reforma representou uma “renovação” e os avanços que promoveu foram inegáveis. Todavia, ela foi uma “renovação” verticalmente imposta, que excluiu os atores políticos que se empenhavam em sua discussão desde antes mesmo do golpe de 1964.

A concretização da Reforma se deu no momento em que o governo militar praticava a mais severa repressão político-ideológica sobre as instituições de educação superior. Os “anos de chumbo” foram estendidos às comunidades universitárias e constituíram o caminho adotado pelo governo para garantir o cenário adequado para concretizar o programa reformista e sufocar discordâncias. Logo, ao mesmo tempo em que experimentaram um momento de grande estímulo e modernização, os campi foram amordaçados. O Decreto n. 477 – normativo de inspiração conservadora, que definiu como “infrações disciplinares” as práticas que remetiam, principalmente, à atuação do ME – produziu um ambiente de medo e desconfiança nas academias, ao prever punições severas a estudantes e professores acusados de “subversão”. Embora o ministro Passarinho tenha feito uso “cauteloso” dele – optando por um comportamento político personalista, de negociação –, o 477 serviu para inibir a rearticulação política dos estudantes. Juntamente com outros dispositivos jurídico-políticos, como o próprio AI5, ele impactou no desenvolvimento acadêmico de alunos, prejudicou carreiras docentes e, em último caso, atrapalhou a própria política de modernização, ao expurgar capital humano de alto nível das universidades.

As universidades também sentiram os efeitos imediatos da reformulação do aparelho repressivo. Uma das estratégias do governo de Médici foi expandir as DSI

nos ministérios civis, subdividindo-as em AESI. Quando a DSI/MEC foi ramificada em várias AESI universitárias, a repressão política nos campi foi elevada a um nível máximo. Disfarçadas de “assessoras” dos reitores para assuntos de segurança, na verdade, as agências funcionaram como “tentáculos” do aparato repressivo, monitorando o cotidiano das universidades e produzindo material necessário para embasar ações efetivas de repressão – que, na maioria dos casos, eram arbitrárias e violentas (MOTTA, 2014, p. 198).

A criação das AESI foi um reflexo claro do anticomunismo distorcido dos militares, que, em altíssimo nível naquele momento, fazia com que eles percebessem os campi como celeiros de comunistas, “subversivos” e “terroristas”, portanto, dignos de vigilância permanente. A presença de agentes da “comunidade de segurança e informação” bloqueou qualquer tentativa de rearticulação da resistência ao regime. As universidades, espaços supostamente autônomos, ficaram à mercê de um estado constante de tensão e ameaça. Eventos cotidianos das comunidades universitárias passavam pelo crivo dos agentes das AESI: contratações de pessoal, eventos oficiais, reuniões de alunos, publicações acadêmicas ou não, circulação de livros, eleições para entidades de representação estudantil, frequência às aulas, cumprimento da jornada de trabalho. Tudo era esmiuçado para evitar qualquer “infiltração” comunista.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, não somente as glórias dos anos “dourados” e as agruras dos anos da “guerra suja” foram experimentadas plenamente, mas sim todo o desdobramento da política de modernização conservadora e autoritária dos militares. Todo o processo tardio de formação da academia capixaba esteve relacionado à conjuntura política, estadual e federal, e ao discurso que nela predominava. A partir do golpe de 1964, isso ficou ainda mais evidente: no lugar do discurso humanista, predominante entre os governos

denominados “populistas” – como de Jango e de “Chiquinho”, no ES –, instalou-se o discurso desenvolvimentista, que alinhou a Universidade aos planos do governo federal e seus representantes no ES (PELEGRINE, 2015, p. 74).

Durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, a UFES já experimentava a simultaneidade dos impulsos autoritário-conservadores e dos impulsos modernizantes da política militar. Os primeiros, frutos da sede de “caça aos comunistas”, provocaram a existência de dois ciclos repressivos na academia, que culminaram no expurgo do reitor, na prisão e na tortura de estudantes e professores, na cassação dos direitos políticos de um docente, na instalação de uma sindicância que envolveu todas as unidades de ensino, no fechamento do principal órgão de representação estudantil, na coação permanente de servidores, docentes e alunos sobre atividades “suspeitas”. Os últimos, produtos do discurso desenvolvimentista, motivaram os acordos com instituições norte-americanas e a contratação do consultor Rudolph Atcon para a elaboração de um “Plano de Reestruturação” – o qual serviu de inspiração para a Reforma Universitária e o modelo “produtivista” de educação superior.

Com Médici e Jarbas Passinho, o ritmo modernizante e o peso autoritário-conservador atingiram seu ponto máximo na UFES. No bojo da racionalidade técnica que marcava a administração federal e estadual, de Gerhardt Santos, a indicação do reitor Máximo Borgo Filho selou o alinhamento definitivo da instituição capixaba aos planos desenvolvimentistas (OLIVEIRA, 2013, p. 386). Em continuidade às medidas adotadas pela Reitoria anterior, de Alaor de Queiroz, a adaptação da UFES à Reforma foi concretizada. O comportamento político de adesão adotado pelo reitor em relação à política universitária do governo e as redes de sociabilidade tramadas, em virtude disso, no segmento político regional e nacional, abrangendo o ministro Jarbas Passarinho, facilitaram esse processo.

Graças à reprodução do personalismo nas relações políticas e ao empenho da Reitoria em demonstrar alinhamento ao governo, a presença da UFES se confirmou entre beneficiárias de altos repasses do MEC, o que sustentou a consolidação da Reforma Universitária na academia.

A estrutura administrativa, acadêmico-científica e física foi alterada, materializando o campus “Alaor de Queiroz Araújo”, e a extensão encerrou o tripé da UFES “moderna”. Sem dúvida, houve uma profunda transformação no perfil da Universidade, que, uma vez reformada e expandida, aumentou sua contribuição no desenvolvimento da sociedade capixaba. Entretanto, esse foi um processo unilateral, sectário, que não se desenvolveu no diálogo com propostas que clamavam pela democratização universitária. A adaptação da UFES à Reforma se deu verticalmente, sem negociação com seu “público-alvo”, os docentes e estudantes. Ela foi “vendida” pela Reitoria como a única saída para superar o atraso da academia em relação ao todo universitário do país, discurso que convinha para conquistar o apoio dos professores e minimizar a resistência ao projeto entre os alunos.

Além disso, os anos “dourados” vividos pela UFES entre 1971 e 1974 viabilizaram-se por meio de uma intervenção direta e autoritária contra sua autonomia. Essa intromissão se deu com a instalação da AESI, em meados de 1971, marcando o início da terceira e mais truculenta onda repressiva, os “anos de chumbo” no campus. A missão da AESI/UFES, no período, foi monitorar a infiltração do comunismo no campus. Por isso, a filtragem político-ideológica constituiu a principal ocupação da agência, motivando práticas invasivas e frequentes, que interferiram no cotidiano da Universidade.

Triar a contratação, acompanhando o “perfil”, a conduta ética e o cumprimento das atividades, monitorar os “suspeitos” de aproximação com o

comunismo, os delatando aos órgãos repressivos superiores, fazer cumprir as decisões punitivas do Decreto n. 477, e de qualquer outro normativo ou ordem judicial, eram algumas das ações praticadas contra servidores e professores da UFES. Os estudantes, alvos prioritários da agência, tiveram vários aspectos cotidianos de sua formação acadêmica sob a supervisão permanente: frequência às aulas; eleições para órgãos de representação estudantil; publicação, circulação e venda de livros pelo DA e CA; indicações para bolsas de monitoria; eventos acadêmicos ou não; cerimônias de colação de grau; circulação em outros campi do país e do exterior; reuniões “suspeitas” ou “não autorizadas”; “maus” comportamentos.

Sob o comando de seu responsável, Alberto Monteiro, a AESI/UFES estabeleceu uma rede de monitoramento de alto alcance, que cerceou o direito de comunicação, de manifestação política e cultural, de circulação, debate e produção de ideias. Essa teia abrangente de vigilância, que estabeleceu um estado de medo, desconfiança e ameaça no ambiente da Universidade, se fundamentou no “apoio” (forçado) dos diretores dos Centros de ensino. A emissão de “pedidos de busca” e de “informação” para a direção das Unidades foi o principal método de ação da agência. Na prática, as mensagens eram verdadeiras intimações, mas que nem sempre apresentavam pertinência. Uma vez que não era possível escapar da interferência, os diretores, muitas vezes, optaram por assumir um comportamento conciliatório, se “acomodando” muitas vezes, e informando desconhecer ou respondendo negativamente às inquisições do órgão (PELEGRINE; BAPTISTA, 2015, p. 11).

Portanto, pode-se aqui concluir que a face autoritário-conservadora e a face modernizante da política universitária revelaram-se plenamente na UFES entre os anos correspondentes à gestão de Médici e à política universitária sob os cuidados

de Jarbas Passarinho. Inscrita no panorama da euforia desenvolvimentista nacional e do “novo lugar” social das universidades, a reitoria de Máximo Borgo Filho buscou adaptar a UFES à Reforma Universitária, dando origem à estrutura físico-administrativo-acadêmica que ainda prevalece na forma atual do campus. Simultaneamente, no cenário da intensificação da repressão em escala nacional, a UFES sofreu, como nunca, com a intervenção representada pela AESI em seu cotidiano e com a violência política contra seus membros. A repressão abriu à força os caminhos para a modernização, imprimindo os matizes densos da censura e da tortura na história da Universidade.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ATCON, R. P. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970.
- BORGO, Ivantir Antônio. **UFES: 40 anos**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.
- CAETANO, Alexandre. A UFES e a reforma universitária da ditadura: dos acordos MEC-USAID à reação dos estudantes. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DE PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas: v. 14, n. 1, p. 71-84, 2009.

DINIZ, Eli. Empresariado, Regime Autoritário e Modernização Capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.). **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. Rio de Janeiro: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 366 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008a.

_____. (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e repressão**: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974). 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, ES.

_____; BAPTISTA, Leonardo. Ditadura militar e a Universidade Federal do Espírito Santo: a atuação repressora da AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1975. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, v. 5, n. 5, 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 221-246, abril/junho de 2008.